



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Artes (IdA)  
Departamento de Artes Cênicas (CEN)

**CLAUDIA JEANE SILVA RÊGO**

## **Os Jogos Teatrais e a Medida Socioeducativa**

Brasília – DF

2014



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Artes (IdA)  
Departamento de Artes Cênicas (CEN)

**Monografia de conclusão de curso**  
*Orientação Professora Clarice Costa*

## **Os Jogos Teatrais e a Medida Socioeducativa**

**Claudia Jeane Silva Rêgo**

**Matrícula: 05/31987**

**Educação Artística – Licenciatura em Artes Cênicas**

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus pela oportunidade, pela inteligência e pela força de continuar em meio a tantas dificuldades. Agradeço a esta Universidade e todas as oportunidades que tanto contribuíram para o meu conhecimento, minhas buscas e meu crescimento pessoal e profissional, para que hoje eu me tornasse uma educadora, sem esse apoio eu realmente não teria conseguido. Tenho aqui imensa gratidão por aquela que me orientou Professora Clarice Costa, que com tanta paciência e sabedoria, soube encontrar em mim a capacidade de prosseguir e acreditar no meu sonho, sem ela eu não teria conseguido, obrigada pelo seu reconhecimento. Obrigada mesmo! Agradeço a querida professora Sônia Paiva que acreditou em mim e me apoiou no retorno a esta Universidade, ao professor José Mauro pelas nossas conversas fomentadoras do desejo de mudança na educação e que me ajudou muito.

Agradeço aos meus pais que moram em Pernambuco e que mesmo à distância me ajudaram como puderam. Meu filho Raul que me ensina todo dia como aprender e ensinar com amor e paciência. Agradeço aos parceiros de caminhada, aos amigos que fiz nesta Universidade, pessoas que acreditaram em mim e incentivaram meu retorno, quando precisei me afastar. Agradeço a todos que contribuíram com muita força, afeto, carinho, apoio, paciência e compreensão. Aos amigos daqui e de lá, aos amigos artistas que me inspiram e às meninas adolescentes que contribuíram me ensinando tanto na realização desta pesquisa. A todos que fizeram, fazem e sempre farão parte deste sonho, acreditando, colaborando, participando e me apoiando. Sou grata a todos vocês e desejo contribuir com novas ideias e novas diretrizes para a arte educação.

**Meu Muito Obrigada!**

**Dedicatória**

Ao meu filho Raul, hoje um adolescente cheio de vida e de questionamentos, com quem eu tanto aprendo todos os dias.  
E a todos e todas adolescentes que merecem um futuro consciente e com mais amor.

**Claudia Jeane**

## ÍNDICE

<b>Apresentação.....</b>	<b>06</b>
Justificativa.....	06
Objeto de pesquisa.....	08
Objetivo geral.....	08
Objetivos específicos.....	09
Um apanhado histórico sobre os direitos da criança e adolescentes infratores.....	09
Arte-educação como instrumento formativo da cidadania.....	14
A experiência.....	16
O local.....	16
As oficinas.....	17
Os jogos.....	19
Considerações finais.....	22
Conclusão.....	26
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>27</b>
Anexo 1.....	28
Anexo 2.....	29

## APRESENTAÇÃO

Essa monografia de final de curso tem como objetivo dialogar com a linguagem teatral e a medida socioeducativa atualmente inserida no sistema de ressocialização juvenil no Distrito Federal. A necessidade de um olhar sensível à temática das meninas infratoras me fez pensar na importância dos jogos teatrais e das demais linguagens teatrais para a ressocialização dessas meninas-mulheres-cidadãs que cometeram infração e que estão reclusas por algum tempo, mas que em algum momento estarão em liberdade e com a oportunidade de exercer sua cidadania com responsabilidade.

Quando do cumprimento das medidas socioeducativas, espera-se que estas meninas adolescentes, que em alguns casos já saem de maior idade, tenham experimentado a linguagem da arte teatral e conhecido um pouco dessa vertente da educação. O teatro também prepara as jovens para atuar plenamente como cidadãs. A arte tem o poder de intervir na realidade, agindo como um instrumento de transformação social.

**Palavras-chave:** Jogos Teatrais; Arte-educação; Medida Socioeducativa, Adolescência.

## JUSTIFICATIVA

Ao questionar-me sobre a escolha deste objeto de pesquisa, vieram-me muitas perguntas, quase todas sem uma resposta concreta e definitiva. Porém, ao pensar no cotidiano da educação no Brasil, observo que muitas perguntas sejam mesmo para fomentar debates e trazer à tona, alguma mudança. Dentro deste contexto a Arte pode influenciar o cotidiano dessas adolescentes infratoras seja pela percepção e reprodução de sua realidade através de atitudes artísticas ou, pela capacidade que a Arte tem de transformar e fomentar a imaginação e criatividade, mas de alguma forma a Arte as afeta, ainda mais em um ambiente hostil, que é o de uma carceragem.

Atualmente, o Brasil discute sobre a maioria penal com 16 anos de idade. Somos bombardeados o tempo todo com informações de que os crimes cometidos por adolescentes estão aumentando. A opinião pública oscila entre a punição justa versus a higienização social – termo da sociologia que se refere à eliminação de

elementos sociais indesejáveis, como criminosos, antimoralistas e sem teto. O referido termo teve forte influência da Eugenia:

O termo eugenia foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 e deriva do grego eugenés, “bem nascido”. A eugenia representa os usos sociais do conhecimento da hereditariedade voltados para uma “melhor reprodução”, para o “aprimoramento da raça humana” ou para preservação da “pureza” de determinadas “raças” consideradas superiores. Apesar do termo ter sido criado em 1883, a prática da eliminação de indivíduos considerados “inadequados” já era praticada na antiguidade pelos gregos. Inclusive os Eugénistas britânicos tinham por hábito fazer referência a essa prática antiga. (Miskolci, 2003, p.116-117)<sup>1</sup>

Ao Estado cabe promover políticas públicas para a aplicação de medidas socioeducativas que realmente reeduquem e não reproduzam o sistema carcerário, pois assim se promove ainda mais exclusão, se criminaliza a pobreza e só aumenta a desigualdade social. O que poderia ser uma ação de prevenção para esses jovens, pode se tornar uma ferramenta poderosa a favor da criminalidade, pois ao se deparar com um sistema falho e inoperante com poucas chances de ressocialização verdadeira, encontram celas e quartos lotados, as roupas esterilizadas muitas vezes rasgadas e já gastas de tanto uso, as punições violentas, a exclusão da interna da escola, por alguns dias, caso ela se recuse a cumprir todas as normas impostas no regulamento e qualquer reivindicação podendo gerar conflito e castigo por parte dos agentes. Além destas questões de desigualdade também observamos a falta de políticas públicas voltadas para o gênero. As adolescentes que chegam a este sistema, muitas vezes, grávidas, ou já têm filhos, sofreram violência na rua ou até policial. Acontece, delas necessitarem de atendimento diferenciado, de assistência social e psicossocial. A mulher, em sua natureza, já tem conflitos hormonais desde cedo; sofrem depressão, têm tensão pré-menstrual, e todas, sem exceção, passam por todas as fases para se desenvolver como mulher.

Enfim, fisiologicamente, são bem diferentes dos homens, e não é porque a adolescente é infratora que não passe por essa fase. É preciso ter uma medida socioeducativa sim, mas é preciso, acima de tudo, ter respeito pelas especificidades humanas femininas no que diz respeito ao que não se pode ignorar. Porque essas

---

<sup>1</sup> Richard Miskolci em “Reflexões sobre normalidade e desvio social.” Estudos de Sociologia.

adolescentes estão começando a se desenvolver como mulheres, mães e junto com isso há muita responsabilidade. Se faz necessário um local para a transformação dessa realidade. Se não houver direcionamento e mudança nessa educação “ressocializadora”, essas meninas-mulheres serão apenas reprodutoras de mais crianças e adolescentes sem pais, sem teto e sem educação, gerando um círculo vicioso na sociedade. A respeito disso Foucault diz:

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos (FOUCAULT, 1979 p.131).<sup>2</sup>

Para que essa mudança ocorra, faz-se necessário mudar toda uma legislação, mudar uma cultura; como a criminalização da pobreza, que já está enraizada no cotidiano da sociedade, que acusa e sentencia o indivíduo por sua condição social. Por estas perguntas, questões e outras que farei durante este processo, decidi investigar a aplicabilidade dos jogos teatrais em instituições fechadas para adolescentes infratoras. Acredito que não será um caminho tão livre, porém é um caminho possível. É muito importante que haja uma transformação na forma de lidar com os direitos humanos. Mas essa é uma atitude que deve partir dos mais interessados, os próprios humanos, sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

## **OBJETO DE PESQUISA**

Os jogos teatrais como instrumento de humanização em medida socioeducativa com adolescentes do sexo feminino.

## **OBJETIVO GERAL**

Pesquisar a aplicabilidade e a funcionalidade dos jogos do Teatro do Oprimido com as internas de instituição destinada ao cumprimento de medidas

---

<sup>2</sup> Michel Foucault, entrevistado por J. J. Brochier, para a *Magazine Litt'rraire*, sobre o sistema prisional.



socioeducativa em regime de semiliberdade<sup>3</sup>. Fazer teatro através do Teatro do Oprimido, como um caminho inicial para a humanização e auto-observação do contexto em que estão inseridas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Trabalhar o protagonismo feminino, se fazer pensar em sua própria existência;
- b) Construção de cenas/ apresentações das impressões vividas por elas nesta experiência;
- c) Compreender respeito humano e feminino.

### **UM APANHADO HISTÓRICO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES INFRATORES**

O ato infracional no Brasil é considerado e descrito como tipo ou contravenção penal, cuja *denominação se aplica aos inimputáveis (que não pode ser imputado a ou atribuído. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos [...] – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990)*. Ocorre que, na maioria das vezes, esses menores não praticam atos condizentes com a sua condição legal de incapacidade, quando surge então a delinquência juvenil, que segundo diversos doutrinadores e diferentes opiniões, apresentam causas diversas. Para alguns, vislumbra-se o fato como resultado de uma situação de abandono a que a criança ou adolescente está exposto.

Na Grécia Antiga, era costume popular que seres humanos fossem sacrificados se nascessem com alguma deformidade física. Ainda na Antiguidade, Herodes, rei da Judéia, mandou executar todas as crianças menores de dois anos, na tentativa de atingir Jesus Cristo. Vê-se, então, que o costume de maltratar ou matar crianças com alguma justificativa é bem antigo na a sociedade, e parece normal. Foi o Cristianismo que conferiu direitos, com vistas ao seu bem-estar físico e material, deu-se início às discussões sobre a garantia a direitos das crianças e dos adolescentes. (MEIRA, 1974).

---

<sup>3</sup> Consiste em internação durante a semana (segunda a sexta-feira) e os fins de semana em casa. As internas frequentam a Escola da comunidade, próximo ao local do cumprimento da medida.

A história de abandono começou quando aumentou o número de crianças deixadas por suas mães sob os domínios da Igreja (convento, clausuras, mosteiros), na conhecida *Roda dos enjeitados*<sup>4</sup>. Aonde eram colocadas as crianças enjeitadas ou fruto de relações “inconvenientes”. Estes “filhos de ninguém” eram filhos de mulheres pobres ou frutos de uma relação proibida. Por muitas vezes as mães deixavam estas crianças com algum tipo de identificação na esperança de um dia reencontrá-los, pois também se acreditava que lá seriam mais bem cuidados, educados e preparados para a vida adulta. De tanto ser usada, a roda acabou por se tornar legítima chegando a ser oficializada nos finais do século XVIII e a receber a designação de *Roda dos Expostos* ou *dos Enjeitados*. O Intendente geral da Polícia do Reino, Pina Manique, reconheceu oficialmente a instituição da roda através da circular de 24 de maio de 1783, com o objetivo de pôr fim aos infanticídios e acabar com o horroroso comércio ilegal de crianças portuguesas, aonde os espanhóis as vinham comprar. A *Roda dos Enjeitados* passou a existir em todas as terras, até perder a sua importância com o advento do Liberalismo em Portugal, na primeira metade do século XIX. (Roda dos enjeitados. In Infopédia, 2003).

As consequências para estas crianças reverberaram-se através do preconceito que a sociedade tinha para com elas. Criou-se o estigma da pessoa que já é indesejada ao nascer, sem futuro, sem proteção dos pais, sem amor e sem liberdade. Essa é a verdade: sem liberdade. Pois desde cedo viveram aprisionadas mesmo que em uma instituição religiosa, e mantidas pelas entidades políticas da época, para assim cumprirem um papel “generoso” com os menos favorecidos, além de muitas instituições de caridade, que se mantiveram através destas crianças enjeitadas, responsáveis por dar abrigo e educação. Em meio a este “gesto de caridade”, os poderes públicos que ali existiam, iam ganhando poder, reproduzindo o poder paternalista em uma política de separação e desigualdade. Enquanto desde cedo estas crianças carregavam com elas o estigma de “menor abandonado”, que as separavam das demais crianças e do universo lúdico que toda criança tem direito.

O termo “Menor” existe desde a década de 20, quando o Código de Menores foi instituído no Brasil. Naquela época existiam as Delegacias de Proteção ao Menor, lugar onde os que não tiveram oportunidade de ter uma assistência familiar desde criança, eram, na maioria das vezes, arbitrariamente, encaminhados e trancados. A

---

<sup>4</sup> Roda dos enjeitados. In Infopédia: Porto Editora, 2003. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados)>.

partir daí, o termo passou a ser utilizado para designar infância pobre, um tratamento preconceituoso com essas crianças. O termo “criança e adolescente” foi criado somente em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, a luta para acabar com preconceito e proteger essas crianças, inicia-se durante as décadas de 1970 e 1980, na consolidação da Constituição de 1988.

O artigo 227<sup>5</sup> da Constituição é um dos pioneiros na utilização do termo criança e adolescente e coloca o adolescente salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Em 13 de julho de 1990, com a promulgação do ECA, Lei 8.069/90, o termo “menor” deixa, definitivamente, de existir na legislação brasileira e a lei passa a utilizar apenas duas denominações: criança e adolescente. Pode-se considerar que esse novo termo engloba toda criança e adolescente garantindo igualdade, dignidade e respeito a todos, independente de classe social. O Estatuto entende por adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade e aponta como criança, aqueles até 12 anos incompletos.

No Brasil, o problema do adolescente foi considerado a partir do século XX, com o crescente desenvolvimento das indústrias, a urbanização, o trabalho assalariado e a ausência das mulheres dentro de casa devido à necessidade de trabalhar fora. Decorrente dessa carência das mulheres, pode se considerar como um dos fatores que levam os adolescentes a cometerem o ato infracional, a ausência das mães nos lares, que pode gerar instabilidade e degradação dos valores aos filhos que sentem a ausência da mãe nessa fase de mudanças denominada adolescência.

Os atos violentos cometidos por crianças e adolescentes vêm sendo descritos no Brasil desde o século XIX. Assim em 1830, o Código Criminal do Império colocava a importância de internar esses indivíduos menores de 14 anos que cometessem atos indesejados pela sociedade em “Casa de Correção”.

Assim, nos primeiros anos do século XX, surgem projetos legislativos defendendo o direito do “menor” e, em 1913, foi criada a primeira instituição que recebia “menores” infratores, o Instituto Sete de Setembro.

Muitas leis foram feitas para os jovens infratores no decorrer desses anos, como por exemplo, em 1917 foi apresentada ao Senado a primeira lei que considerava como “não criminosos” os adolescentes entre 12 e 17 anos. Já em 1927,

---

<sup>5</sup> Art. 227 da Constituição: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

foi implantado no Brasil o Código de Menores, sendo este país o primeiro da América Latina a implantar medidas determinadas para essa faixa etária, na qual essa lei garantia que o menor de 14 anos, não seria submetido a processo penal de nenhuma natureza.

No ano de 1926, passou a vigorar o Código de Menores, instituído pelo Decreto Legislativo de 1º de dezembro que impossibilitou aos menores de 18 anos o recolhimento à prisão comum após praticado o ato infracional. Os menores de 14 anos seriam obrigados a frequentarem a casa de educação ou preservação, onde seria confiado à guarda de uma pessoa idônea ou com idade até 21 anos.

Com o Código Penal de 1940, fixou-se o limite da inimputabilidade aos menores de 18 anos, que não serão submetidos ao processo criminal e sim a um procedimento e normas previstas na legislação especial. Em 1941 surgiu um sistema nacional chamado de Serviço de Assistência ao Menor – SAM, que foi feito com o objetivo de substituição ao Instituto Sete de Setembro, com o mesmo papel de assistir desvalidos e infratores. Com o passar dos anos esse sistema passou a ser uma política repressora e mal estruturada, com instalações físicas inadequadas e técnicos despreparados. Decorrente dessa situação foi criada em 1964 a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) que substituiu o SAM, a partir daí, toda a atuação desenvolvida por essas instituições, passaram a estar ligadas à esfera federal, com o objetivo de estudar técnicas que conduzissem à elaboração científica dos princípios que deveriam presidir toda a ação que visasse à “reintegração” do “menor” à família e à comunidade.

No ano de 1969, o Decreto-Lei 1004 de 21 de outubro, colocou o caráter da responsabilidade relativa aos maiores de 16 anos de modo que a esses seria aplicada a pena reservada com redução de 1/3 ou até a metade de sua pena, de acordo com a compreensão do ato praticado. (MEIRA, 1972, p. 168-172)<sup>6</sup>. No Brasil, a violência praticada por crianças e adolescentes acarreta hoje um problema para a sociedade. Essas crianças e adolescentes são cada vez mais considerados perigosos para a sociedade e costumam ser frequentemente internados ou detidos em instituições correcionais. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as infrações devem ser punidas com medidas que ofereçam oportunidade de educação e reinserção do jovem na sociedade. Assim a medida de internação só deve ser

---

<sup>6</sup> Lei das XII Tábuas, assim explicada por MEIRA, Silvio A. B. ,1972.

aplicada na impossibilidade de outra medida e naqueles casos em que se comprove algum tipo de ameaça grave à sociedade.

Assim, quando falamos na ressocialização de adolescentes que cometeram o ato infracional, pensamos no termo ressocializar como uma ideia de nova socialização, ou seja, da repetição de algo interrompido a um dado momento. Isto mais parece uma clara negação do princípio da socialização do indivíduo como um processo contínuo, sendo algo descontextualizado do círculo social e que não contribui para este fim, quando a expressão mais apropriada para o que se chama vulgarmente de ressocialização seria “reintegração social”; pois expressa a situação em que um determinado indivíduo volta a assumir as responsabilidades e valores do seu grupo de pertencimento.

Muitos dos estabelecimentos para onde os adolescentes são destinados, além de não cumprirem com as intenções da “ressocialização”, ainda são dados como espaços na qual a violência tende a reforçar a exclusão social e a criminalidade dos mesmos. O fato é que um dia os jovens deixarão de frequentar esses estabelecimentos e quanto piores forem às condições encontradas nesses locais, maiores serão as chances de voltar à delinquência.

Levando-se em conta a questão da criminalidade juvenil, deve-se tomar consciência que apenas a minoria dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas chegou a completar seus estudos ou estão muito atrasados, devendo salientar a falta de educação como um dos motivos que levam adolescentes a cometerem atos infracionais.

No sentido de “reeducar” esses jovens, de acordo com Aurélio (2002, p.1076-83, 1102), os referidos termos significam: Reeducar diz respeito a “tornar a educar; complementar ou aperfeiçoar a educação”. Reinsere, “reintroduzir, reimplantar”. Ressocializar, "tornar a socializar: sociável, sociabilizar, reunir em sociedade". Segundo Freire, a educação é uma experiência especificamente humana, sendo uma forma de intervenção no mundo. (FREIRE, 2001 p. 110).

## ARTE-EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO FORMATIVO DA CIDADANIA

*“A educação pelo exercício da cidadania<sup>7</sup> se fundamenta na práxis, na ação – reflexão – ação, no diálogo, na crítica e na luta desses indivíduos que desejam melhorar sua realidade, enfrentando as contradições e tratando de superar as desigualdades.”*

*Paulo Freire*

A arte educação, em todas as diversas linguagens que possui, também é um forte instrumento de transformação, de mudança, de conhecimento e de criatividade. A educação tem o poder de transformar a consciência das pessoas, pois é através do conhecimento que podemos escolher, analisar, criar movimentos favoráveis ao nosso convívio em sociedade.

Com o teatro não é diferente, Percorrer este caminho consiste em explorar a linguagem teatral, a expressão corporal, vocal, estética e sensorial em um ambiente “informal”. Que não deixa de ser uma pequena sociedade.

Acredito que as Artes Cênicas dentro de uma instituição de medidas socioeducativa em regime fechado, podem contribuir para uma discussão efetiva e responsável entre os sujeitos, sobre as mais diversas questões e valores humanos, com vistas a uma sociedade mais justa e mais democrática. Tal como nos anuncia Flávio Desgranges: *As aulas de teatro precisam ser “um espaço imaginativo e reflexivo em que se pensem e se inventem novas relações sociais, dentro e fora da escola”* (DESGRANGES, p 72).

Por esse motivo e dentro deste contexto, apresento uma proposta de intervenção através de arte-educação, com as adolescentes inseridas no sistema socioeducativo, onde a atividade educacional é limitada, dada à burocracia e à segurança que permeia este universo.

É preciso ter eficácia na aplicabilidade da pena, compreender que educação é fator principal e o papel da arte, seja ela através de música, dança, expressão corporal, visual, entre tantas outras, sejam vistas como parcerias que contribuem e educam, juntamente com as medidas já estabelecidas para essas adolescentes que se encontram reclusas. Tendo o teatro como função política-pedagógica e interdisciplinar, experimento-o na oportunidade de criar uma boa relação com o segmento da Medida Socioeducativa em busca de bons resultados.

---

<sup>7</sup> Cidadania: É um conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive.

Com os jogos de improvisação para o teatro, estimula-se o trabalho em grupo, a consciência de grupo e as regras de convivência em sociedade. Pretendo também contribuir para as propostas que preveem acesso à educação e à cultura como ferramenta para melhorar a qualidade de vida das adolescentes internas, preparando-as ao retorno à sociedade. Neste sentido, Paulo Freire propõe uma metodologia onde a realidade em que o sujeito está inserido e suas vivências são o foco, o conteúdo a ser desenvolvido, diferentemente da educação formal que é conteudista, reprodutora e opressora. Falamos de uma educação cidadã, que é, antes de tudo, uma educação com cidadania e não educação para a cidadania ou só educação na cidadania. À medida que estas adolescentes, são acolhidas pela cultura e pelas vivências, se tornam seres de relações com o mundo e com os outros, daí o exercício da cidadania se encontra condicionado à possibilidade de concretizar-se, ou não, tal qual a natureza histórica do próprio ser humano.

Assim sendo, as ações teatrais contribuem para a autoestima e autoconhecimento das adolescentes durante a internação provisória, marcada pela ociosidade do ambiente, do tempo que não passa, do acesso à justiça precário e da imposição de regras que mais se assemelham a punição moral do que julgamento criminal. Sem contar que são submetidas constantemente a situações de humilhação por serem infratoras.

Usar o teatro para trazer-lhes conhecimento e diversidade é uma forma de transformar a realidade em foco, seja qual for esta realidade. Desta forma acredito ser fundamental às adolescentes que desejarem, através da educação que lhes é de direito, o acesso à prática teatral, e mesmo que temporariamente encarceradas, que elas possam se autoconhecer, e criarem para si um novo roteiro, reduzindo danos e conseqüentemente, evitando a reincidência criminal.

Como instrumento de cidadania, podemos articular o teatro com as questões atuais e irmos mais além através da conscientização do que é fazer cidadania e falar sobre o papel da educação cidadã, que pode ser inserida através da arte teatral que dialoga com os jogos que têm por finalidade abrir caminhos para a percepção, o foco e a atuação da mulher na sociedade. Sociedade esta que muitas vezes espera que a mulher supere seu “papel”, mesmo acreditando erroneamente, que ela é mais frágil e menos inteligente que os homens.

## **A EXPERIÊNCIA**

### **Oficinas de Jogos Teatrais realizadas com meninas adolescentes da Semiliberdade - Unidade Guará/DF**

O teatro também possui valorosa importância social na ação educativa e oferece inúmeras situações de aprendizagem, interagindo com o cotidiano da comunidade. Assim, funciona como elo entre cultura, sociedade e indivíduo. Ajuda a entender os grandes dilemas sociais e individuais, pois exige do ator e do público, participação ativa, instigando o olhar sobre diferentes realidades; sua linguagem, ajuda no aprendizado sobre nós mesmos, nossas relações, o cotidiano, a história e a política do país. Assim, a presente proposta pretende ampliar a vivência do teatro das pessoas interessadas nesta forma de expressão, para formar assim, um público sensível à linguagem teatral e capaz de utilizá-lo como instrumentos para fomentar discussões.

As oficinas foram elaboradas fundamentalmente em Augusto Boal, que fala do teatro como instrumento libertador de ações e visões. São utilizadas técnicas latino-americanas de teatro, Teatro Fórum<sup>8</sup>, entre outras técnicas adaptadas de Viola Spolin, com o objetivo de trazer à cena “*o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*” (BOAL, 1979).

## **O LOCAL**

Os encontros duraram seis semanas onde aconteceram 04 oficinas na Unidade Feminina de Atendimento Socioeducativo – Unidade Guará,DF. Pertencente a Secretaria da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. Lá as adolescentes infratoras passam a semana e vão para suas casas aos fins de semana. Eram em média de 09 (nove) a 12 meninas por causa da rotatividade e da evasão, todas com idades entre 14 e 19 anos, uma delas gestante já com 07 meses e todas já tendo passado pelo sistema de internação fechada. Ministrei as oficinas uma vez por semana com autorização da Gerente da unidade com a condição de não registrá-las por medida de segurança de todos, porém, com o total apoio da instituição e de toda a equipe pedagógica interdisciplinar que compõe a casa.

---

<sup>8</sup> Teatro – Fórum: Espetáculo baseado em fatos reais, no qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito, de forma clara e objetiva, na defesa de seus desejos e interesses. Neste confronto, o oprimido fracassa e o público é convidado, pelo Curinga (o facilitador do Teatro do Oprimido), a entrar em cena, substituir o Protagonista (o oprimido) e buscar alternativas para o problema encenado. No Teatro-Fórum o espectador é estimulado a entrar em cena, improvisar como protagonista e buscar alternativas ao problema encenado.



Diferentemente da Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE onde eu fiz meu segundo estágio obrigatório, lá é uma casa em um ambiente residencial, embora haja alguns conflitos com a comunidade, a famosa vizinhança, que teme represálias por parte de adolescentes que não estejam internados, questões de segurança, etc. Enfim, este é outro assunto. Nesta casa as meninas têm quartos com beliches, a capacidade é de no máximo 15 adolescentes, a casa é toda decorada com motivos femininos, elas têm acesso livre à cozinha, e podem circular livremente dentro da casa. Toda a casa é cercada por chapas de ferro pintado, tem plantas e uma horta em área aberta. Tudo monitorado por câmeras e por agentes de segurança da Secretaria de Justiça do Distrito Federal – SEJUS/DF. Ficam dois agentes e dois educadores sociais em cada turno. Durante o dia tem a equipe pedagógica interdisciplinar composta por psicólogas, pedagoga, assistente social e uma administradora, também contam com uma servidora de serviços gerais. As atividades se dividem entre o horário das aulas que elas frequentam, elas escolhem o horário que querem estudar, vão sozinhas às escolas e fora do horário escolar são realizadas algumas oficinas com elas, geralmente sobre direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva, artesanatos, assistem à filmes, mas não praticam nenhum esporte, embora haja projeto para que isso aconteça, em parceria com alguma outra instituição, pois lá não há espaço adequado.

## **AS OFICINAS**

Os exercícios visam um melhor conhecimento do corpo, seus mecanismos, suas atrofias, suas hipertrofias, sua capacidade de recuperação, reestruturação, reharmonização. O exercício é uma reflexão física sobre si mesmo. Um monólogo, uma introversão. (BOAL, 2002, p.87).

As oficinas foram elaboradas com o objetivo de aguçar os sentidos: visão, audição, tato, olfato e o sentido poético, enfim, despertar capacidades criadoras e proporcionar uma experiência coletiva prazerosa, de modo que as meninas participantes se sentissem cativadas pela prática teatral e acredito que foi bem isso o que aconteceu; elas experimentaram o teatro com o corpo e vivenciaram práticas de

ator, tais como aquecimento vocal e corporal, improvisação cênica e construção de cenas. Foi bem divertido.

Comecei por me apresentar e explicar o que iria fazer ali com elas, embora nem eu soubesse direito, por ser um ambiente imprevisível e por se tratar do universo feminino, que muda o humor com tanta facilidade, com tanta organicidade, que chega a dar medo mesmo, mas coragem é ir com medo e com base nos teóricos que acreditaram e nos que acreditam na arte teatral como processo educativo, eu fui acreditando que com o conhecimento adquirido durante o curso, boa vontade e jogo de cintura eu conseguiria e elas também. A respeito disso Ricardo Japiassu diz:

Devo esclarecer que muitas das atividades pensadas para uma sessão com jogos teatrais nem sempre são, de fato, desenvolvidas naquela sessão. O planejamento de atividades para uma aula muitas vezes não pode ser cumprido como desejamos. O(A) professor(a) precisa ter “jogo de cintura” e estar preparado(a) para lidar com imprevistos, além, é claro, de ser suficientemente sensível ao ritmo único e insubstituível dos alunos e da turma. (JAPIASSU, 2005, p 92).

Após as apresentações, dei início à primeira oficina, o espaço não era muito grande, mas era bem limpo, ao ar livre e pela manhã, o clima ajudou bastante porque estava frio e elas gostaram de se alongar e se aquecer ao sol. O alongamento é uma preparação do corpo para as aulas de teatro, sem ele fica impossível à realização dos exercícios que virão na sequência, ele proporciona uma melhor flexibilidade do corpo e representação do esquema corporal. Para o alongamento sempre começamos com caminhadas pelo espaço (pessoa maior do mundo e pessoa menor do mundo), em silêncio, olhando nos olhos com ou sem comandos; também alongamos parte por parte do corpo, bocejar e suspirar; entre os alongamentos que elas mais gostaram foi o jogo prática do remo: Em duplas as participantes devem simular que estão em um barco em meio ao mar, remando sentadas no chão uma de frente para a outra com os pés colocados em frente e os braços esticados ao longo do corpo de mãos dadas. Uma vai com o corpo para frente e é levada pela outra que vai com o corpo para trás levando consigo e assim sucessivamente. Durante o exercício eu direcionava para como o mar estava, se bravio, calmo, com ondas. Após o aquecimento começamos com os jogos teatrais. As adolescentes veem os jogos como brincadeiras, e isso

proporciona concentração, interação e confiança ao grupo, já que elas convivem diariamente juntas e passam, cada uma, por vários conflitos, além dos que envolvem todas ao mesmo tempo. Elas aprenderam, dentro do seu limite pessoal e das condições ofertadas, a se posicionar e locomover no espaço cênico (organização do espaço e do tempo), estimulando bases psicomotoras como equilíbrio, coordenação e respiração, cujo conjunto conduz à percepção e ao controle do corpo. Esses fatores formam a imagem corporal. O aquecimento variou, teve dias de elas estarem desanimadas e sem vontade, então parti para contar um conto e logo começamos a jogar novamente.

### OS JOGOS:

JOGO	DESCRIÇÃO
1. Roda de ritmo e movimento	Forma-se um círculo com as participantes; uma delas vai ao centro e executa um movimento qualquer, acompanhado de um som e dentro de um ritmo que ela própria inventa. Todas as participantes a seguem, tentando reproduzir exatamente os seus movimentos e sons, dentro de um ritmo. Quem está no meio da roda desafia outra, que vai ao centro do círculo e lentamente muda de movimentos, de ritmo e de som. Todos seguem este segundo ator, que desafia um terceiro e assim sucessivamente.
2. Hipnotismo	Uma participante põe a mão a poucos centímetros da face de outra e esta fica como que hipnotizada, devendo manter a face sempre à mesma distância da mão da hipnotizadora. Esta inicia uma série de movimentos com a mão, para cima e para baixo, fazendo com que a companheira faça com o corpo todas as contorções possíveis a fim de manter a mesma distância. A mão hipnotizadora pode mudar, para fazer várias ações com a outra.

3. Fila de Cegos	Em duas filas: faz-se uma fila de pessoas com os olhos fechados, esta procura sentir, com as mãos, o rosto e as mãos das pessoas da outra fila (que estarão de olhos abertos) cada qual das participantes que está na sua frente. Depois os atores separam-se e os cegos tentarão descobrir, tocando nos rostos e as mãos de todos, qual o ator que estava na sua frente.
4. Futebol Imaginário	Duas equipes sem utilizar bola, disputam uma partida como se a tivesse jogando. O facilitador (a)-juiz (a) da partida deve observar se o movimento imaginário da bola coincide com os movimentos reais das pessoas participantes, eliminando as que cometem erros. Qualquer outro esporte coletivo pode ser praticado neste tipo de exercício.
5. Imagem do grupo – escultura	Em dupla, cada um utilizando a outra pessoa, faz uma escultura que pretende refletir a sua opinião acerca das relações do grupo. Aquilo que permanecer constante em todas as esculturas será uma espécie de superobjetividade. Pode-se escolher, cada vez que se faça o exercício uma pessoa para ficar em evidência, à volta do qual ficará o restante do grupo. A pessoa em evidência sentir-se-á na posição de cada um de seus companheiros, assumindo a posição deles em cada escultura.
6. Inter-relação de personagens /Atividades complementares	Este exercício pode ou não ser mudo. Um participante inicia uma ação. Um segundo aproxima-se e, através de ações físicas visíveis, relaciona-se com o primeiro de acordo com o papel que escolhe: irmão, pai, tio, filho, etc. O primeiro deve procurar

	descobrir qual o papel e estabelecer a inter-relação. Seguidamente, entra um terceiro ator que se relaciona com os dois primeiros, depois um quarto e assim sucessivamente.
7. Amor, ódio, amor	Dividir o grupo em duplas. A dupla deverá esboçar sentimentos de amor recíproco. O sentimento deve ser expresso falando números 12, 33, 44. O sentimento vai aumentando, até que o mediador (a) da atividade indicará que este deve se transformar aos poucos em ódio, sendo expresso através de números também. Ao se atingir o grau máximo do sentimento, retornar a demonstração de amor pela companheira.
8. Mímica	O grupo será dividido em dois. Um dos grupos deverá se reunir e escolher um tema. Escolhido o tema, o grupo deverá selecionar um membro do outro grupo para encenar o tema, seu grupo deverá ser adivinhar o tema encenado.
9. Dito popular	Serão escritos em papezinhos ditos populares. Estes papéis serão distribuídos a cada participante. Um participante de cada vez será interrogado sobre o conteúdo do papel, este deverá responder as perguntas acrescentando a cada resposta uma palavra do seu dito popular, até que o grupo descubra qual o dito popular.
10. Profissões	Serão distribuídos pedaços de papel pra que cada integrante do grupo escreva nele uma profissão, os papéis serão dobrados e sorteados por cada pessoa. Todos, um de cada vez, deverá representar através da mímica a sua “profissão” para que o grupo adivinhe.

11. Troca de máscaras	O grupo será dividido em duplas. Uma pessoa da dupla deverá representar o papel de patrão, a outra o empregado que vai pedir aumento, este se comportará como tal, podendo perguntar como vai a família, a saúde, o preço da cesta básica subiu... Depois de exercerem um papel trocar os papéis. Após, bate-papo sobre a dinâmica.
12. Ilustrar uma história	O grupo será dividido em duplas. Em cada uma das duplas uma pessoa ficará responsável por contar uma história que lhe aconteceu e outra encenar esta história. Depois da encenação, a pessoa que teve a sua história encenada deve compartilhar com o grupo qual a diferença entre a forma com a que a pessoa encenou e como foi o desenvolvimento da história real.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos foram variando à medida que elas interagiam, por um período de duas horas. Elas se divertiam, falavam, criavam e de certa forma se libertavam. Mesmo estando com as agentes de segurança por perto elas se envolveram, criaram e me surpreenderam. Em todos os exercícios, eu como mediadora, intervi em vários momentos. Fizemos teatro-fórum quase todas as vezes. Até a equipe interdisciplinar queria participar e algumas vezes participaram até o final e se envolveram também.

Era sempre uma surpresa o resultado desses encontros, cada dia uma novidade. Eu sempre saía de lá com a certeza reforçada de que o teatro tem tudo a ver com a libertação do oprimido, aqui no caso das oprimidas, pois quando eu voltava, ouvia histórias sobre a semana e sobre elas e sempre alguém lembrava a aula e do trabalho feito e de como foi importante ter uma postura diferente em um conflito que surgiu durante a semana. Acredito em um trabalho feito a conta-gotas que pode transformar costumes e atitudes negativas em positivas, ou vice-versa, dependendo apenas da vontade e da intenção. Estas também podem ser boas, eu aposto nelas.

Intenções podem ser apreendidas, desde que caiba ao indivíduo a responsabilidade pelo resultado da ação sobre uma intenção boa ou má. Sobre as regras do jogo, Boal diz:

“O Teatro-Fórum é um tipo de luta ou jogo, e, como tal tem suas regras. Elas podem ser modificadas, mas sempre existirão, para que todos participem e uma discussão profunda e fecunda possa nascer. Devemos evitar o *fórum selvagem*, em que cada um faz o que quer e substitui quem bem entende. As regras do Teatro-Fórum foram descobertas e não inventadas – são necessárias para que se produza o efeito desejado: o aprendizado dos mecanismos pelos quais uma opressão se produz, a descoberta de táticas e estratégias para evitá-la e o ensaio dessas práticas.” (BOAL,2002, p28).

É no jogo, no “olho-no-olho”, que a transformação acontece, quando inserimos uma linguagem, uma poética. Na prática, com as meninas, não foi diferente, elas sabiam bem discutir e dar palpite nas histórias alheias, mas “conseguimos chegar a pontos comuns que foram de grande aprendizado para nós além da diversão e da alegria que as aulas nos causaram” *S.I.C.*

Em todas as oficinas eu sugeri alguns temas, utilizei adereços de figurino como perucas, luvas, chapéus, tecidos, bolas de tênis, cachecóis, músicas e li um conto da Tradição Sufi<sup>9</sup>, tudo para permitir que a criatividade e a experiência pudessem fluir partindo das educandas, que elas complementassem os temas sugeridos e pudessem imprimir suas ideias e suas opiniões sobre os assuntos, mas encenando, jogando, compartilhando (verdades ou invenções). E assim se deu.

As adolescentes, como todas as outras, são quase meninas e quase mulheres. Mas estas me dão a impressão de que tudo é “quase”, pois elas estão cumprindo semiliberdade, estão “quase” presas; saem e voltam, elas podem evadir se quiserem; até ficarem presas em regime totalmente fechado. Algumas desafiam as regras e

---

<sup>9</sup> As histórias da Tradição Sufi são histórias-ensinamentos. Elas são parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e foram criadas com o propósito deliberado de transmitir e preservar conhecimento. Como metáforas do comportamento humano, estas histórias nos conduzem através de seus personagens, elementos e lugares, a uma experiência de aprendizagem, ampliando recursos e capacidades potenciais.

preferem viver no limite até chegar ao máximo da pena imposta pelo juiz. Pareceram-me dispostas a encarar um jogo teatral, quase de mentira, mas para a nossa experiência, era de verdade. Em cada momento elas se permitiram mais, interagiram, criaram, se caracterizaram, contaram histórias e se identificaram com elas. Após as oficinas fizemos a roda do limão, onde a gente canta e roda o limão, quando o limão para, quem estiver com ele fala sobre a aula, nem todas eram contempladas, mas a intenção era essa mesmo, para que o que não foi dito, repercutisse entre elas depois que eu fosse embora. Apenas no último encontro, que fizemos como uma festa e todas se apresentaram caracterizadas, é que, uma a uma, falaram como foi essa experiência com as aulas. Elas ressaltaram assuntos que surgiram com relação ao gênero, pois puderam falar abertamente sem ter vergonha de estarem na frente de meninos, como nas outras instituições. Com essa liberdade de se expressar e os incentivos dos jogos elas falaram sobre sexo, namoro, homens, tristeza, abandono, futuro, etc.

Todas em geral, inclusive a equipe interdisciplinar da casa, gostaram muito e demonstraram o desejo que houvesse continuidade dessas oficinas, porque acreditam que os jogos teatrais também contribuem positivamente na medida socioeducativa dessas meninas, como por exemplo, abrir espaço para as próximas atividades com as outras profissionais da casa, que também ministram outras oficinas com elas, onde o foco é a saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, direitos humanos, cidadania, etc.

Fiquei satisfeita com o resultado e com a credibilidade da equipe em permitir meu acesso na casa. O trabalho foi realizado dentro dos limites impostos pela instituição, porém nada impediu que fosse realizado com sucesso; as restrições foram com relação aos registros de imagens das adolescentes internadas, o que não foi possível por encontrarem-se amparadas pela lei, conforme Declaração em anexo.

*“Afiml, o teatro não está dentro de nada, mas se serve de todas as linguagens: gesto, sons, palavras, gritos, encontra-se exatamente no ponto em que o espírito tem necessidade de uma linguagem para produzir as suas manifestações”*

(STANISLAWSKI)



Para Boal, *o teatro é uma forma de conhecimento e deve ser também um meio de transformar a sociedade*. (AUGUSTO BOAL, 2001). A partir desse tema que Boal trouxe ao conversar sobre o Teatro do oprimido, tive como objetivo específico mostrar as possibilidades criativas que há em jogos teatrais e inserir exercícios do teatro do oprimido, tendo visto a condição opressora em que se encontram essas adolescentes infratoras.

Por muitas vezes são julgadas pela sociedade como vítimas do crime por serem mulheres; por uma forte carência e fragilidade feminina, vista dentro deste contexto, como se, por ser do sexo feminino, esta se configura, como uma pessoa muito mais fraca, influenciável, vulnerável e indefesa; já que a condição humana dessas meninas/mulheres, geralmente estava bem comprometida mesmo antes de elas cometerem estes atos infracionais.

São inúmeros os casos de adolescentes grávidas ou com filhos pequenos, algumas vítimas de abuso e exploração sexual, outras já com histórico de pais criminosos, outras nem sequer conheceram seus pais, e/ou não tiveram acesso a uma educação que as qualificassem de forma justa e autossustentável. Faltou cidadania.

Uma presa fácil para aliciadores homens e até garotos adolescentes, mal intencionados. Visando o lucro tanto sexual quanto para o tráfico de drogas, já que muitas se envolvem com elas ou já nascem inseridas nesse meio entregando-se à atividade delituosa.

Às vezes conscientes do caminho escolhido estimulados pelos pais, outras vezes sem escolha, elas simplesmente reproduzem sua realidade cotidiana. Ainda acontece de essas adolescentes estarem inseridas em um sistema paternalista e precário em se tratando de políticas públicas de gênero para infratores do sexo feminino.

E mesmo assim, eu tive o intuito de mostrá-las que é possível atuar e se fazer arte, mesmo estando em ambiente limitado com liberdade restrita por determinação judicial.

## **Conclusão**

O Teatro do Oprimido foi utilizado como um caminho inicial para a humanização e auto-observação num contexto em que estão inseridas adolescentes em situação de reclusão. Os jogos teatrais foram pensados como instrumento de expressão do empoderamento e da cidadania com adolescentes do sistema socioeducativo. Quanto à pesquisa observei a aplicabilidade e a funcionalidade dos jogos do Teatro do Oprimido com as internas de instituição destinada ao cumprimento de medidas socioeducativa em regime de semiliberdade.

O teatro como inserção social é também uma ferramenta importante para a manifestação da expressão, da mobilidade corporal, da voz, etc. E foi pensando nisso que trabalhei o protagonismo feminino com estas adolescentes, fazendo-as pensar em sua própria existência através dos jogos teatrais que realizamos, tanto pela característica que o teatro tem de experimentar que todos podem, quanto pela ideia/ação de libertação que o Teatro trás. Sendo a instituição fechada e sem muitos recursos, o Teatro possibilitou a oportunidade de se conversar sobre temas pertinentes à situação em que se encontravam as adolescentes. Busquei em Augusto Boal, Michel Foucault e entre outros autores, a justificativa para minha pesquisa e encontrei respostas que me possibilitaram executar as oficinas e conversar sobre um assunto tão delicado que é o encarceramento de adolescentes do sexo feminino em um país que ainda está dando pequenos passos para a inserção e inclusão de políticas socioeducativas para o gênero.

## Referências Bibliográficas

- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido. Rio de Janeiro, 11ª edição. Civilização Brasileira, 2011;
- \_\_\_\_\_. Teatro para atores e não atores. Rio de Janeiro, 5ª edição. Civilização Brasileira, 2002;
- \_\_\_\_\_. Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular. São Paulo, 3ª edição, HUCITEC, 1988.
- \_\_\_\_\_. Arco-Íris do Desejo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Ministério da Educação, Brasília, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, 8ª edição. Graal, 1989.
- HISTÓRIAS DA TRADIÇÃO SUFI. Rio de Janeiro, Edições Dervish, 1993.
- KOUDELA, Ingrid. Jogos Teatrais. São Paulo, 3ª edição. Perspectiva, 1992.
- STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2005.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, 17ª edição, Paz e Terra, 1987;
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- JAPIASSU, Ricardo. Metodologia do Ensino do Teatro. São Paulo, 3ª edição. Papyrus, 2005.
- MEIRA, Silvio A. B. A Lei das XII Tábuas - Fonte do Direito Público e Privado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- SPOLIN, Viola. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. (tradução de Ingrid Dormien Koudela). São Paulo: Perspectiva, 2001.

### Sites e Periódicos:

*Roda dos enfeitados*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult.2013-05-19].

Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enfeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enfeitados)>.

MISKOLCI, Richard. (2003) “Reflexões sobre normalidade e desvio social.” Estudos de Sociologia. Araraquara, vol. 13/14, p.109-126.

### Anexos:

1. Declaração de Atividade realizada na Unidade Feminina de Semiliberdade da Secretaria da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.
2. Fotos dos acessórios utilizados e dos temas sugeridos nas oficinas.

## Anexos

### 1. Declaração de Atividade realizada na Unidade Feminina de Semiliberdade da Secretaria da Criança e do Adolescente do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA  
Subsecretaria do Sistema Socioeducativo  
Coordenação de Semiliberdade  
Unidade Feminina de Atendimento em Semiliberdade

#### DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE

Declaramos, para fins de comprovação, que a Sra. **Claudia Jeane Silva Rêgo**, CPF nº 882.199.254-34, realizou a atividade intitulada “**Oficina de jogos teatrais com meninas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa**”, nos dias 10, 11, 17 e 18 de junho de 2014, com as socioeducandas efetivadas nesta Unidade, localizada tal como identificado abaixo.

Declaramos, ainda, que em razão das socioeducandas encontrarem-se em condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, amparadas pelo princípio constitucional da proteção integral que objetiva primordialmente preservar não só o nome e a imagem, mas principalmente a sua pessoa como um todo, conforme preceituam os artigos 6º e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, esta atividade não pôde ser gravada por meio de instrumentos audiovisuais ou qualquer outro meio que possibilitasse a identificação das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, nos termos do artigo 17 do ECA.

**Local:** Unidade de Atendimento em Semiliberdade Feminina do Guará - UASFG

**Endereço:** QI 06 Conjunto F casa 05 – Guará I


**Cidade:** Brasília      **Estado:** DF

**Telefone:** (61) 3567-9596/3597-5664

**Responsável pela declarao:** Janaína Guerra de Miranda de Carvalho

**Cargo:** Gerente      **RG:** 1.361.663      **rgo emissor:** SSP/DF

Guará – DF, 04 de agosto de 2014.

  
Janaína Guerra de Miranda de Carvalho  
Gerente – Mat. 221.196-3  
Secria/Subsis/Coorsemi/UASFG

“Brasília Patrimnio Cultural da Humanidade”  
Unidade de Atendimento em Semiliberdade Feminina  
Quadra 06 Conjunto “F” Casa 05 – Guará I - Cep: 71.010-064  
Telefone: (61) 3597.5664

## 2. Fotos dos acessórios utilizados e dos temas sugeridos nas oficinas.

